

Novo CPC

O que mudou?

aula 21

CPC-2015:

Art. 43. *Determina-se a competência no momento do **registro ou da distribuição da petição inicial**, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.*

(...)

Art. 59. *O **registro ou a distribuição da petição inicial** torna prevento o juízo.*

(...)

Art. 312. *Considera-se proposta a ação quando **a petição inicial for protocolada**, todavia, a propositura da ação só produz quanto ao réu os efeitos mencionados no art. 240 depois que for validamente citado.*

CPC-2015:

Art. 318. *Aplica-se a todas as causas o **procedimento comum**, salvo disposição em contrário deste Código ou de lei.*

Parágrafo único. *O **procedimento comum** aplica-se subsidiariamente aos demais procedimentos especiais e ao processo de execução.*

CPC-2015:

Art. 319. *A petição inicial indicará:*

I - o juízo a que é dirigida;

II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - o pedido com as suas especificações;

V - o valor da causa;

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

§ 1º *Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.*

§ 2º *A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu.*

§ 3º *A petição inicial não será indeferida pelo não atendimento ao disposto no inciso II deste artigo se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça.*

CPC-2015:

Art. 319. *A petição inicial indicará:*

*I - **o juízo a que é dirigida;***

(...)

CPC-2015:

Art. 319. *A petição inicial indicará:*

(...)

*II - os nomes, os prenomes, o estado civil, **a existência de união estável**, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;*

(...)

CPC-2015:

Art. 73. O **cônjuge necessitará do consentimento do outro** para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

§ 1º **Ambos os cônjuges serão necessariamente citados** para a ação:

I - que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens;

II - resultante de fato que diga respeito a ambos os cônjuges ou de ato praticado por eles;

III - fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família;

IV - que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges.

§ 2º Nas ações possessórias, a participação do **cônjuge do autor ou do réu** somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo à **união estável** comprovada nos autos.

CPC-2015:

Art. 319. *A petição inicial indicará:*

(...)

II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

(...)

CPC-2015:

Art. 319. *A petição inicial indicará:*

(...)

II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

§ 1º *Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.*

§ 2º *A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu.*

§ 3º *A petição inicial não será indeferida pelo não atendimento ao disposto no inciso II deste artigo se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça.*

CPC-2015:

Art. 319. *A petição inicial indicará:*

(...)

II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

§ 1º Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.

§ 2º A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu.

§ 3º A petição inicial não será indeferida pelo não atendimento ao disposto no inciso II deste artigo se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça.

CPC-2015:

Art. 319. *A petição inicial indicará:*

(...)

II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

§ 1º Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.

§ 2º A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu.

§ 3º A petição inicial não será indeferida pelo não atendimento ao disposto no inciso II deste artigo se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça.

CPC-2015:

Art. 319. A petição inicial indicará:

(...)

III - **o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;**

(...)

CPC-2015:

Art. 319. *A petição inicial indicará:*

(...)

IV - o pedido com as suas especificações;

(...)

CPC-2015:

Art. 319. *A petição inicial indicará:*

(...)

V - **o valor da causa;**

(...)

CPC-2015:

Art. 319. *A petição inicial indicará:*

(...)

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

(...)

CPC-2015:

Art. 319. *A petição inicial indicará:*

(...)

VII - ***a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.***

(...)

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, **o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

§ 4º A audiência **não** será realizada:

I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;

(...)

§ 5º **O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse** na autocomposição, e o **réu deverá fazê-lo, por petição**, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

§ 6º **Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.**

(...)

CPC-2015:

Art. 320. *A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.*

CPC-2015:

Art. 321. *O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de **15 (quinze) dias**, a emende ou a complete, **indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado**.*

Parágrafo único. *Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.*

CPC-2015:

Art. 322. *O pedido deve ser certo.*

(...)

CPC-2015:

Art. 322. *O pedido deve ser certo.*

§ 1º *Compreendem-se no principal os juros legais, **a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.***

(...)

CPC-2015:

Art. 323. *Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las.*

CPC-2015:

Art. 322. *O pedido deve ser certo.*

(...)

§ 2º *A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé.*

CPC-1973:

Art. 293. *Os pedidos são interpretados restritivamente, compreendendo-se, entretanto, no principal os juros legais.*

CC-2002:

Art. 113. *Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.*

CPC-2015:

Art. 341. Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se:

(...)

III - estiverem em contradição com **a defesa, considerada em seu conjunto.**

(...)

CPC-2015:

Art. 489. *São elementos essenciais da sentença:*

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

(...)

§ 3º *A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.*

CPC-2015:

Art. 324. *O pedido deve ser determinado.*

§ 1º *É lícito, porém, formular pedido genérico:*

I - nas ações universais, se o autor não puder individuar os bens demandados;

II - quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;

III - quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

§ 2º *O disposto neste artigo aplica-se à reconvenção.*

CPC-1973:

Art. 286. *O pedido deve ser certo ou determinado. É lícito, porém, formular pedido genérico: (...)*

*II - quando não for possível determinar, de modo definitivo, as conseqüências do ato ou do fato **ilícito**;*

CPC-1973:

Art. 286. *O pedido deve ser certo ou determinado. É lícito, porém, formular pedido genérico: (...)*

*II - quando não for possível determinar, de modo definitivo, as conseqüências do ato ou do fato **ilícito**;*

CPC-2015:

Art. 324. O pedido deve ser determinado.

§ 1º É lícito, porém, formular pedido genérico:

I - nas ações universais, se o autor não puder individuar os bens demandados;

II - quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;

III - quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se à **reconvenção**.

CPC-2015:

Art. 330. *A petição inicial será indeferida quando:*

*I - for **inepta**;*

(...)

§ 1º *Considera-se **inepta** a petição inicial quando:*

(...)

*II - o **pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico**;*

(...)

CPC-2015:

Art. 325. ***O pedido será alternativo** quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.*

Parágrafo único. *Quando, pela lei ou pelo contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, ainda que o autor não tenha formulado pedido alternativo.*

CPC-2015:

Art. 326. *É lícito formular **mais de um pedido** em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.*

Parágrafo único. *É lícito formular **mais de um pedido**, alternativamente, para que o juiz acolha um deles.*

CPC-2015:

Art. 326. *É lícito formular **mais de um pedido em ordem subsidiária**, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.*

Parágrafo único. *É lícito formular mais de um pedido, alternativamente, para que o juiz acolha um deles.*

CPC-2015:

Art. 326. *É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.*

Parágrafo único. *É lícito formular **mais de um pedido, alternativamente**, para que o juiz acolha um deles.*

CPC-2015:

Art. 327. *É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.*

§ 1º São requisitos de admissibilidade da cumulação que:

I - os pedidos sejam compatíveis entre si;

II - seja competente para conhecer deles o mesmo juízo;

III - seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.

§ 2º Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se o autor empregar o procedimento comum, sem prejuízo do emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitam um ou mais pedidos cumulados, que não forem incompatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.

§ 3º O inciso I do § 1º não se aplica às cumulações de pedidos de que trata o art. 326.

CPC-2015:

Art. 327. *É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.*

§ 1º *São requisitos de admissibilidade da cumulação que:*

I - os pedidos sejam compatíveis entre si;

II - seja competente para conhecer deles o mesmo juízo;

III - seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.

§ 2º *Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se o autor empregar o procedimento comum, sem prejuízo do emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitam um ou mais pedidos cumulados, que não forem incompatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.*

§ 3º *O inciso I do § 1º não se aplica às cumulações de pedidos de que trata o art. 326.*

CPC-2015:

Art. 327. *É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.*

§ 1º *São requisitos de admissibilidade da cumulação que:*

I - os pedidos sejam compatíveis entre si;

II - seja competente para conhecer deles o mesmo juízo;

III - seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.

§ 2º *Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se o autor empregar o procedimento comum, **sem prejuízo do emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitam um ou mais pedidos cumulados, que não forem incompatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.***

§ 3º *O inciso I do § 1º não se aplica às cumulações de pedidos de que trata o art. 326.*

CPC-2015:

Art. 327. *É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.*

§ 1º *São requisitos de admissibilidade da cumulação que:*

I - os pedidos sejam compatíveis entre si;

II - seja competente para conhecer deles o mesmo juízo;

III - seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.

§ 2º *Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se o autor empregar o procedimento comum, sem prejuízo do emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitam um ou mais pedidos cumulados, que não forem incompatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.*

§ 3º ***O inciso I do § 1º não se aplica às cumulações de pedidos de que trata o art. 326.***

CPC-2015:

Art. 328. *Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo receberá sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.*

CPC-2015:

Art. 329. O autor poderá:

*I - até a citação, **aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir**, independentemente de consentimento do réu;*

*II - até o saneamento do processo, **aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir**, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar.*

Parágrafo único. *Aplica-se o disposto neste artigo à reconvenção e à respectiva causa de pedir.*

CPC-2015:

Art. 134. *O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.*

§ 1º A instauração do incidente será imediatamente comunicada ao distribuidor para as anotações devidas.

§ 2º Dispensa-se a instauração do incidente se a desconconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

§ 3º A instauração do incidente suspenderá o processo, salvo na hipótese do § 2º.

§ 4º O requerimento deve demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais específicos para desconconsideração da personalidade jurídica.

CPC-2015:

Art. 515. *São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título:*

(...)

II - a decisão homologatória de autocomposição judicial;

(...)

§ 2º *A autocomposição judicial pode envolver sujeito estranho ao processo e **versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.***

CPC-2015:

Art. 493. *Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.*

Parágrafo único. *Se constatar de ofício o fato novo, o juiz ouvirá as partes sobre ele antes de decidir.*

CPC-2015:

Art. 330. *A petição inicial será indeferida quando:*

I - for inepta;

II - a parte for manifestamente ilegítima;

III - o autor carecer de interesse processual;

IV - não atendidas as prescrições dos arts. 106 e 321.

§ 1º *Considera-se inepta a petição inicial quando:*

I - lhe faltar pedido ou causa de pedir;

II - o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;

III - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

IV - conter pedidos incompatíveis entre si.

§ 2º *Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.*

§ 3º *Na hipótese do § 2º, o valor incontroverso deverá continuar a ser pago no tempo e modo contratados.*

CPC-2015:

Art. 330. *A petição inicial será indeferida quando:*

I - for inepta;

(...)

§ 1º *Considera-se **inepta** a petição inicial quando:*

*I - **lhe faltar pedido ou causa de pedir;***

(...)

CPC-2015:

Art. 330. *A petição inicial será indeferida quando:*

I - for inepta;

(...)

§ 1º *Considera-se **inepta** a petição inicial quando:*

(..)

*II - **o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;***

(...)

CPC-2015:

Art. 330. *A petição inicial será indeferida quando:*

I - for inepta;

(...)

§ 1º *Considera-se **inepta** a petição inicial quando:*

(...)

*III - **da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;***

(...)

CPC-2015:

Art. 330. *A petição inicial será indeferida quando:*

I - for inepta;

(...)

§ 1º *Considera-se **inepta** a petição inicial quando:*

(...)

*IV - **contiver pedidos incompatíveis entre si.***

(..)

CPC-2015:

Art. 330. *A petição inicial será indeferida quando:*

*I - for **inepta**;*

(...)

§ 2º *Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, **sob pena de inépcia**, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.*

§ 3º *Na hipótese do § 2º, o valor incontroverso deverá continuar a ser pago no tempo e modo contratados.*

CPC-2015:

Art. 330. *A petição inicial será indeferida quando:*

(...)

*II - **a parte for manifestamente ilegítima;***

(...)

CPC-2015:

Art. 338. *Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.*

Parágrafo único. *Realizada a substituição, o autor reembolsará as despesas e pagará os honorários ao procurador do réu excluído, que serão fixados entre três e cinco por cento do valor da causa ou, sendo este irrisório, nos termos do art. 85, § 8º.*

Art. 339. *Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.*

§ 1º *O autor, ao aceitar a indicação, procederá, no prazo de 15 (quinze) dias, à alteração da petição inicial para a substituição do réu, observando-se, ainda, o parágrafo único do art. 338.*

§ 2º *No prazo de 15 (quinze) dias, o autor pode optar por alterar a petição inicial para incluir, como litisconsorte passivo, o sujeito indicado pelo réu.*

CPC-2015:

Art. 330. *A petição inicial será indeferida quando:*

(...)

III - o autor carecer de interesse processual;

(...)

CPC-2015:

Art. 330. *A petição inicial será indeferida quando:*

(...)

IV - **não atendidas as prescrições dos arts. 106 e 321.**

(...)

CPC-2015:

Art. 106. Quando postular em causa própria, incumbe ao advogado:

I - declarar, na petição inicial ou na contestação, o endereço, seu número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e o nome da sociedade de advogados da qual participa, para o recebimento de intimações;

II - comunicar ao juízo qualquer mudança de endereço.

§ 1º Se o advogado descumprir o disposto no inciso I, o juiz ordenará que se supra a omissão, no prazo de 5 (cinco) dias, antes de determinar a citação do réu, sob pena de indeferimento da petição.

§ 2º Se o advogado infringir o previsto no inciso II, serão consideradas válidas as intimações enviadas por carta registrada ou meio eletrônico ao endereço constante dos autos.

CPC-2015:

Art. 330. *A petição inicial será indeferida quando:*

(...)

IV - **não atendidas as prescrições dos arts. 106 e 321.**

(...)

ART. 106, I, E § 1º

CPC-2015:

Art. 330. *A petição inicial será indeferida quando:*

(...)

IV - **não atendidas as prescrições dos arts. 106 e 321.**

(...)

CPC-2015:

Art. 321. *O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, **determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.***

Parágrafo único. ***Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.***

CPC-2015:

Art. 331. *Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.*

§ 1º *Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso.*

§ 2º *Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334.*

§ 3º *Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença.*

CPC-2015:

Art. 332. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:

I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

§ 1º O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.

§ 2º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 241.

§ 3º Interposta a apelação, o juiz poderá retratar-se em 5 (cinco) dias.

§ 4º Se houver retratação, o juiz determinará o prosseguimento do processo, com a citação do réu, e, se não houver retratação, determinará a citação do réu para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias.

CPC-2015:

Art. 927. *Os juízes e os tribunais observarão:*

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

II - os enunciados de súmula vinculante;

III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;

V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

(...)

CPC-2015:

Art. 332. *Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:*

*I - **enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal (...)***

.....

Art. 927. *Os juízes e os tribunais observarão:*

*I - **as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;***

*II - **os enunciados de súmula vinculante;***

(...)

*IV - **os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional (...)***

CPC-2015:

Art. 332. *Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:*

*I - **enunciado de súmula** do Supremo Tribunal Federal ou do **Superior Tribunal de Justiça**;*
(...)

.....
Art. 927. *Os juízes e os tribunais observarão:*

(...)

*IV - **os enunciados das súmulas** do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e **do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional**;*

(...)

CPC-2015:

Art. 332. *Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:*

(...)

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

(...)

.....
Art. 927. *Os juízes e os tribunais observarão:*

(...)

III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

(...)

CPC-2015:

Art. 332. *Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:*

(...)

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

(...)

.....
Art. 927. *Os juízes e os tribunais observarão:*

(...)

III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

(...)

CPC-2015:

Art. 332. *Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:*

(...)

IV - **enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.**

(...)

CPC-2015:

Art. 332. *Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:*

(...)

§ 1º *O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.*

(...)

CPC-2015:

Art. 332. *Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:*

(...)

§ 2º *Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 241.*

§ 3º *Interposta a apelação, o juiz poderá retratar-se em 5 (cinco) dias.*

§ 4º *Se houver retratação, o juiz determinará o prosseguimento do processo, com a citação do réu, e, se não houver retratação, determinará a citação do réu para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias.*